

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**  
**Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos**

**Ata da 1ª Reunião Extraordinária, de 2009,**  
**da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA**

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e nove, às nove horas e quarenta minutos, em Brasília – DF, foi aberta a primeira reunião extraordinária, de dois mil e nove, da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – CNAEJA, com os seguintes participantes: André Luiz de Figueiredo Lázaro; Mauro José Alves da Silva; Carmen Isabel Gatto; Timoty Denis Ireland; Jerry Adriani da Silva; Isabel Aparecida dos Santos; Áurea Cristina Borges; Cláudia Baena; José Alves Rubens Silva Lima; Eliene Pszczol; Joaquim Correia de Souza Melo; Ionilton Gomes de Aragão; Geraldo Grossi Júnior; José Alves Alves da Silva; Sandra Regina Coelho Cansian; Vânia do Carmo Nobile Silva e Neroaldo Pontes. Foram registradas ausências de alguns membros da Comissão e apresentadas suas justificativas. A reunião foi aberta com a palavra de André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade que apresentou os seguintes informes: O presidente Lula definiu uma agenda com governadores do Norte e Nordeste do Brasil sobre quatro temas emergenciais - analfabetismo, mortalidade infantil, sub-registro civil, e agricultura familiar -, com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais. O MEC está construindo uma matriz, junto com a Casa Civil, interligando esses quatro temas e alinhado as políticas dos quatro Ministérios. Aos governadores foi solicitado o fortalecimento da Agenda Territorial em seus estados; o MEC propôs três edições do Programa Brasil Alfabetizado, em dois anos, o que significa atender, em dois anos, metade da população jovem e adulta não alfabetizada das regiões com maior índice de analfabetismo; a Medida Provisória 455, de 28 de janeiro de 2009, que estabelece merenda para EJA, foi aprovada no Congresso. O secretário pediu apoio a CNAEJA, através das entidades que cada membro representa - em especial das regiões Norte e Nordeste -, para as ações pactuadas na Agenda Territorial; ontem (11/02) o pacto foi proposto também aos prefeitos e a eles foi apresentado o PBA, com a solicitação de que o Programa seja bem executado, com respeito ao analfabeto e controle do Programa (acompanhamento e monitoramento). O secretário solicitou que quando o tema “Resolução” for discutido atentem para a questão “seleção de alfabetizadores”. Foi introduzido um artigo na Resolução prevendo que a seleção de alfabetizadores seja precedida, preferencialmente, de chamada pública, e leve em consideração os seguintes critérios: preferencialmente ser professores da rede; ter ensino médio e experiência em EJA. Outro informe diz respeito à reunião na Unesco sobre a década da alfabetização, que ocorreu em Paris. A reunião foi muito produtiva, a Unesco apresenta três políticas voltadas para educação de adultos, mas que não se conversam: “LIFE”, “Confintea” e a “Década da ONU para a Alfabetização - UNLD”. Nesse ponto o PIA é melhor, por que está colado com as políticas locais dos países ibero-americanos. O PIA foi incluído, no documento da UNESCO, como iniciativa de alfabetização e educação básica. O Programa Brasileiro de alfabetização foi mais uma vez valorizado e houve interesse de que o Brasil mantenha cooperação internacional com outros países. É necessário desenhar uma cooperação estável, financiada, com metas e com instrumento de gestão. O secretário se comprometeu a voltar à reunião para atender às solicitações do grupo e aprofundar alguns temas. Após os informes os membros se apresentaram e, logo em seguida, a pauta foi lida. O grupo solicitou a inclusão dos temas “Parecer do CNE sobre EJA”; “Agenda Territorial nos estados”; “Diretrizes operacionais” e “PROEJA”. As solicitações foram acatadas, exceto o tema PROEJA, que será tratado em outra reunião. Os participantes solicitaram que as atas das reuniões fossem encaminhadas ao grupo. Mauro José Alves da Silva. O coordenador do Programa Brasil Alfabetizado, iniciou o tema “Programa Brasil Alfabetizado no contexto do pacto para a redução das desigualdades no Nordeste e na Amazônia Legal”, com a apresentação de gráficos – com destaque para as categorias: sexo, faixa etária; situação de

domicílio; raça/cor – que retratam a queda da taxa de analfabetismo no Brasil, com recorte para as regiões Norte e Amazônia Legal. O objetivo do PBA é criar oportunidades de alfabetização a todos os jovens e adultos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental. Para os territórios o MEC tem uma ação diferenciada: tratar os municípios que apresentam taxa de analfabetismo acima de 25% (1928 municípios considerados prioritários) com assistência técnica de consultores. O pacto com os prefeitos prevê: executar as edições do PBA 2008, 2009 e 2010 em dois anos; cumprimento das metas declaradas no PPA Alfa, com garantia de efetividade do Programa; e garantia da oferta de continuidade na EJA. A meta é colocar quase 50% dos alunos que saem do PBA nas escolas de EJA. Mauro apresentou as metas, por estado, dos anos de 2008, 2009 e 2010 e em seguida o cronograma do PBA para o exercício de 2008 a 2010. O fluxo do PBA prevê quatro grandes instrumentos de gestão, cada um com suas ações: mobilização (plano de comunicação; sensibilização de gestores, apoio técnico a estados e municípios; articulação institucional), acesso (abertura de turmas; formação de alfabetizadores; pagamento de bolsas), permanência (formação continuada; material didático; apoio a transporte e alimentação, óculos; políticas de emprego e renda, cultura e saúde) e sucesso (Teste Cognitivo; material de leitura; Registro Civil; continuidade em EJA). Ao discorrer sobre o novo modelo de formação, Carmen Gatto lembrou da importância de se manter parceria com as universidades como instituições formadoras. Jerry Adriani questionou como será o processo de credenciamento de instituições formadoras, ao que foi informado que será criado um banco de instituições para garantir a qualidade da formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas. Com relação ao pagamento de bolsas José Alves Rubens questionou se há uma exigência de o alfabetizador possuir qualificação para trabalhar com alunos deficientes, ao que foi informado que não há exigência dessa qualificação, mas alguns municípios, mais notadamente as capitais, dão contrapartida para atender essa demanda. Em relação à ação “óculos”, os participantes foram informados que a SECAD e o Ministério da Saúde pactuaram uma estratégia emergencial para a implementação do Projeto Olhar Brasil. Nos dias cinco e seis de fevereiro houve duas reuniões com secretários de Saúde e de Educação dos estados do Nordeste e Amazônia Legal para se definir um novo fluxo do Projeto Olhar Brasil, sendo que a Saúde arcará com os custos de oftalmologista e compra de óculos e o MEC, através de recurso de apoio, pagará deslocamento de profissionais para atendimento aos alunos do PBA que necessitam de óculos. As demais regiões serão atendidas pelo projeto Olhar Brasil, através do desenho antigo. Rubens questionou como será a distribuição dos livros para as escolas, via PNBE, ao que foi informado que será utilizado o Censo Escolar, sendo que todas as escolas que oferecem EJA receberão livros. Aragão questionou como trazer para a EJA os alunos que saem do PBA e se esse plano atende 100% do potencial para EJA. É possível fazer um censo específico para saber onde estão esses alunos, bem como suas necessidades de atendimento. Mauro informou que o SBA apresenta o cadastro do Programa Bolsa Família, e do SIAB - isso não resolve o problema, mas ajuda. O projeto Olhar Brasil pode auxiliar também, assim como um bom plano de comunicação, principalmente na mobilização. Mas o empenho do gestor local é fundamental. Timothy lembrou que as pressões no período eleitoral forçam o aumento das metas por alfabetização, mas os estados podem não ter estrutura para executar as ações pretendidas. É importante que se garanta a qualidade no atendimento aos alfabetizandos e na formação aos alfabetizadores; temos de ter dados mais concretos em relação ao número de alunos que participam do PBA e vão para a EJA; temos de garantir uma política de continuidade e formação para professores; o Teste Cognitivo de entrada não foi aplicado em tempo hábil e isso pode comprometer os resultados; os gestores reclamam da complexidade do Teste Cognitivo. Neroaldo ressaltou a importância de a Resolução apresentar mecanismos mais fortes de controle; os governadores solicitaram que o valor de apoio para merenda fosse retirado do conjunto de ações do PBA; é necessário que a Resolução preveja seleção de coordenadores. José Alves vê com bons olhos a integração entre as políticas, mas um problema persiste: a qualidade da formação dos alfabetizadores e a metodologia de convencimento do sujeito para que volte a estudar. A educação do campo tem muito a contribuir na busca de saídas para a EJA. Às treze horas as atividades foram suspensas para almoço. Às quatorze horas e trinta e nove minutos as atividades foram

retomadas com a palavra de Daniel Ximenes, diretor de DEAVE, que fez uma explanação sobre o Plano de Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado: Na 1ª fase do Programa – 2004 a 2006 o PBA tinha vários parceiros sob a coordenação do IPEA. Na 2ª fase a SECAD passou a coordenar o plano de avaliação e o monitoramento do PBA e conta com uma comissão de especialista em avaliação, nomeada pela portaria ministerial 1368, de 14 de novembro de 2008. A Deave tem três grandes parceiros como instituições executoras: UnB (elaboração da amostra e análise dos dados socioeconômicos e de gestão/seleção); Ceale-UFMG (elaboração dos testes cognitivos e análise psicométrica/pedagógica dos resultados) e Instituto Paulo Montenegro (Aplicação do instrumentos, dos testes cognitivos e do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional - INAF). Foram apresentados os níveis de competências em leitura/escrita e matemática do Teste Cognitivo (4 níveis) e os resultados da aplicação do teste em turmas de 2005/2006 e 2006/2007. O foco do PBA são os níveis 1 e 2 - os alunos que entram no nível 1 apresentaram maior valor adicionado. O nível 2 também apresenta um aumento no valor adicionado. O calendário do PBA será ajustado em 2009 e o cronograma de avaliação deve acompanhar esse ajuste; Daniel apresentou o Teste Cognitivo de entrada e de saída para apreciação dos participantes. Neroaldo lembrou que os dados do Teste Cognitivo devem ser traduzidos para a melhora do Programa, por isso a Resolução deve ser publicada até o quarto mês. José Alves questionou qual a metodologia utilizada na aplicação do Teste - o aluno não pode se sentir acuado. Daniel respondeu que todo cuidado é necessário na aplicação dos Testes, para não causar intimidação ao alfabetizando. É o próprio alfabetizador quem aplica, ainda no primeiro mês de aula, em momento mais adequado. O teste amostral continuará a ser aplicado por que os pesquisadores têm o objetivo de criar uma uniformidade, assim teremos um controle de aplicação mais forte. O desejável é que a rede absorva os alunos em níveis 3 e 4, mas isso não acontece por vários motivos. Rubens lembrou que desde 1996, com a Alfabetização Solidária ouve-se falar que a rede não pode absorver os alunos que saem da alfabetização. Mauro informou que só em 2008 há a exigência da aplicação do Teste. Neroaldo perguntou se é possível ter acesso ao material do Teste Cognitivo e se é possível aplicar e analisar os itens do Teste, ao que foi informado que o teste comentado pode ser trabalhado de forma diferente, pois as estratégias de aplicação são diversas. Vânia questionou se já foi feito um estudo do percentual de alunos que saem do Programa e vão para a EJA. Daniel informou que esse é um ponto fundamental para a política pública, mas ainda não temos esses dados. Em 2009 podemos dar um grande salto no PBA se tivermos uma lógica de controle dos níveis 1 e 2 e construirmos uma política de continuidade na EJA. Mauro lembrou que a função do coordenador dentro do programa cresceu, assim, este deve ser qualificado e trabalhar mais. Áurea ressaltou que devemos considerar que muitos alunos que estão nos níveis 1 e 2 já estão numa faixa etária elevada e dificilmente querem ingressar na EJA. Temos que pensar em outros espaços educativos para esses alunos, para além da sala de aula. Neroaldo perguntou se a avaliação do PBA e do Pnad conversam. Daniel informou que são duas abordagens diferentes: O teste é aplicado para aqueles que ingressaram no Programa, já o IBGE, através do Pnad, não aplica teste - faz a pergunta - “sabe ler um texto simples?” Essa amostra tem séries históricas e apresenta uma consistência técnica confiável. Daniel deu por encerrada sua participação e deixou seu e-mail: [daniel.ximenes@mec.gov.br](mailto:daniel.ximenes@mec.gov.br) para contatos. Aragão lembrou que como são os próprios alfabetizadores que aplicam o Teste Cognitivo os resultados podem ser viciados. Temos de cobrar dos gestores estaduais e municípios a realização de censo para localizar seus analfabetos e definir estratégias de atendimento. Após o intervalo Carmen Gatto, coordenadora de Formação e Leitura, apresentou o trabalho de consultoria no âmbito do PBA, e lembrou que a CNAEJA solicitou avaliação das atividades de consultoria. Foi apresentado um histórico da execução do Projeto em suas duas fases – 2007/2008 e 2008/2009; os perfis dos consultores; o objetivo da consultoria; formações a avaliações no processo; Atividades dos consultores; em quais estados estão desenvolvendo suas atividades; quem são esses consultores e em quantos municípios atuam. Em seguida foi apresentada a avaliação: como foram aplicados os instrumentos de avaliação e quais os resultados alcançados. Jane perguntou as diferenças entre as consultorias 2007 e 2008; o que foi construído na 1ª consultoria e o que está sendo construído agora; e se o trabalho de

consultoria se cruza com o que propõe a Agenda Territorial. Carmen informou que na primeira consultoria havia 24 consultores atuando em 1113 municípios com índices de 35%. A segunda consultoria atende 1928 municípios com índice de 25% de analfabetismo. Ao final da consultoria, em março, será entregue um apanhado do diagnóstico da realidade local de cada município. Os consultores têm papel articulador na Agenda Territorial - já se esgotou o prazo para os estados enviarem os calendários de suas Agendas Territoriais. As cartas de compromisso foram entregues aos secretários e estão no sítio do MEC. Joaquim perguntou se temos os dados reais de cada município e questionou por que os conselhos não foram acionados pelos consultores. José Alves completou: a consultoria leva em conta os segmentos que existem em cada localidade (Conselho do Fundeb, Conselho municipal de educação); o consultor toma conhecimento do andamento das ações do Programa? Aragão questionou se o consultor toma conhecimento dos atrasos no recebimento das bolsas e se toma providências para resolver o problema. Carmen respondeu que não temos ainda a sistematização do diagnóstico realizado pelos consultores, mas teremos no final do mês de março. Na consultoria 2008/2009 trabalhamos com diagnóstico e a partir de 2009 os indicadores estarão no PAR. Sobre a parceria com os segmentos, lembrou que os consultores detectaram baixa atuação dos conselhos nos municípios. Em relação ao pagamento das bolsas, Mauro lembrou que o MEC conseguiu diminuir o alto índice de não pagamento de bolsas através da ação dos consultores. Neroaldo ressaltou que a satisfação dos gestores em receber os consultores é previsível por que o MEC fica mais perto deles. Houve um avanço na melhoria do 1º para o 2º grupo, e para o município que não interage com o estado o papel do consultor é fundamental. Não basta preparar um plano de alfabetização, é necessário acompanhar a realização desse plano. Mauro lembrou que o MEC está sendo muito cobrado pelo pacto com os governadores - todos os instrumentos para acompanhamento do pacto são bem vindo. Não é possível discutir alfabetização e EJA sem que todos os parceiros sentem à mesa do estado. Jane lembrou que as REMECs faziam esse papel de aproximar o estado e os municípios do MEC por que havia um braço do Ministério nos Estados. Com a consultoria estamos criando uma forma paliativa para resolver esse problema. Temos de dar competência aos gestores locais. José Alves lembrou que devemos investir em maior articulação entre as políticas públicas. As ações do consultor poderiam estar casadas com ações de outros profissionais. Neroaldo sugeriu que haja um consultor fixo nos estados. Às dezoito horas e trinta minutos foi encerrada a reunião, com os seguintes registros: presença de Jane Paiva no período da tarde; ausência de Timothy Ireland, Cláudia Baena, Geraldo Grossi Jr. Às nove horas e quarenta e um minutos, do dia 13 de fevereiro de 2009 a reunião foi retomada, com a ausência de Joaquim e presença de Eliene Novaes Rocha. A reunião foi aberta com a explanação sobre o Sistema Brasil Alfabetizado, por Mauro Jose da Silva que lembrou aos presentes que a Resolução não exclui os alfabetizadores com baixa escolaridade, uma vez que os professores da rede não se dispõem a assumir turmas de alfabetização. Timothy salientou que é necessário oferecer formação para o alfabetizador popular, ao que Mauro respondeu que ao chamar as universidades para certificar as formações estamos tentando resolver o problema de formação do alfabetizador. Mauro informou que é possível criar perfis diferentes para acessar o SBA. Jane solicita que todos tenham acesso às informações, assim, quem tem interesse pode analisar os dados - tínhamos a expectativa de ter o Sesi, por exemplo, como agente formador, o sistema de supervisão do Sesi poderia ser utilizado como instrumento de supervisão. Mauro ressaltou que hoje o SBA está preparado para disponibilizar essas informações - tem condições de criar perfis específicos e tem autonomia para gerar relatórios. A CNAEJA terá o perfil para consulta e geração de relatório no SBA. A apresentação do SBA foi suspensa para que o Secretário desse alguns informes: 1º) EJA no PAR dos municípios; 2º) Parecer CNE; e 3º) Confinteia: as políticas para EJA apresentam grandes avanços com o Fundeb, a MP 455 e integração das ações da EJA no PAR. A EJA será contemplada no "Guia de Tecnologias" da SEB, que poderão ser distribuídas para salas de EJA da Rede; Serão lançados editais que prevê a montagem de Centros Colaboradores, em universidades, que agregarão as áreas de Educação Integral, Educação no Campo e EJA. Os centros terão recursos para apoiar as prefeituras e para formação de professores. Como esses três temas são constituídos como campo de

interesse a partir dos movimentos sociais, seria ideal se os centros colaboradores agregassem os saberes dos movimentos sociais às discussões acadêmicas. Em relação ao Parecer CNE sobre EJA, o secretário lembrou que o MEC sempre se posicionou contrário à elevação de idade em EJA sem apresentar alternativas para os jovens. Os números que embasam esse posicionamento foram apresentados em um seminário em Natal e está à disposição da CNAEJA. A preocupação do MEC é que o parecer não apresenta outra possibilidade aos jovens. No seminário em Natal foi lançado o desafio de se pensar “alternativas pedagógicas para garantir o direito à educação dos 15 aos 17 anos” (título do seminário em Natal). Se criarmos metodologia adequada para atender a esses jovens, somos favoráveis à aprovação do parecer, mas somos contrários a empurrar a decisão para 2013. Neroaldo concorda que deva se buscar alternativas para atendimento a esse público. A SECAD se compromete a enviar aos membros da CNAEJA os dados relativos à EJA no Censo Escolar. Neroaldo solicita que a Comissão, se debruce sobre o tema “idade na EJA” de forma positiva. Timothy reafirmou sua posição com relação à elevação da idade e lembrou que houve um amplo e democrático processo de mobilização, coordenado pelo CNE e SECAD, que incluiu três audiências – em Florianópolis/SC, Natal/RN e Brasília/DF, e também consultas por parte do CNE. O processo foi amplamente discutido também na CNAEJA. As audiências foram embasadas por três documentos sobre os temas idade, certificação e educação a distância. Com base nesse processo o consultor professor Jamil Cury elaborou um documento para embasar o parecer do CNE. Timothy acredita que deva continuar as discussões sobre o tema idade. As universidades devem assumir sua função social – formação e pesquisa em EJA (sugeriu edital de pesquisa nos moldes do PROEJA). Jane afirmou que a presença de jovens na sala de aula é maior a partir do segundo segmento. A promoção da continuidade deve ser vista como direito, alertou sobre a necessidade de política para a 3ª idade; não acredita que a certificação resolva esse problema - pois precisamos de mais dados sobre os exames supletivos, por exemplo. Quanto ao parecer Jane informou que como a LDB é uma Lei ordinária não pode ser alterada por um parecer do CNE e sim pelo Congresso; fazer a fixação sem uma ampla discussão sobre a universalização da educação básica é uma inversão dos valores; os jovens que cumprem medida sócio-educativa não são absorvidos pelo sistema - ao fixarmos uma idade automaticamente esses meninos não têm para onde ir; temos de agregar ações políticas que vão para além da discussão da escolaridade, com o objetivo de atender aqueles que não querem continuar na escola; Para dar conta de uma política para a 3ª idade podemos estimular a formação em que o centro da aprendizagem de leitura e escrita, numa perspectiva de uma educação ao longo da vida. Isabel lembrou o processo de discussão sobre o tema idade na EJA e questionou qual a proposta do MEC. Vânia Nobile fez referência à proposta do Centro Colaborador, lembrando que este pode ser espaço para discussão da educação profissional com as universidades. E se colocou à disposição para discutir o PROEJA na CNAEJA. José Alves lembrou que a questão da idade não se resolve no campo normativo - é necessário criar alternativas para atender à juventude; não vê como uma Resolução resolva esse problema. É a favor da convivência entre as diferentes gerações, pois a diferença enriquece. Nerolado lembrou que o debate deve incluir formas de atendimento à juventude. André reafirmou que o debate que surgiu na CNAEJA ainda não terminou. Foi realizado um seminário com Undime e Consed, que terá desdobramento em março, com o objetivo de encontrar alternativa para atender um milhão e oitocentos mil jovens entre 15 a 17 anos que estão fora da escola. Timothy reconhece que o debate é sempre enriquecedor, e deveria ser mais um ponto de pauta da CNAEJA. André propôs aos representantes da Undime, do Consed, e da CNAEJA que ajudasse a construir a pauta do debate com os diversos agentes que trabalham com juventude e, com indicativo de data. Propôs também que o título girasse em torno de propostas para garantia do direito à educação dos 15 a 17 anos. Conforme encaminhamentos, o MEC fará a proposta do evento e encaminhará para contribuições e sugestões da CNAEJA. Aragão recomendou que os jovens de 15 a 17 anos, de diversos segmentos, sejam ouvidos para fortalecer o debate. Jane ponderou que poderiam ser organizados seminários nos estados para escutar a base, dali sairiam os representantes para a discussão nacional. Ficou definido que Jane fará a mediação entre os membros da CNAEJA e

sistematização da proposta do evento. Com os encaminhamentos feitos, André deu o informe geral sobre a Confinteia: é importante que a CNAEJA valide a delegação brasileira. A proposta do MEC é que a delegação brasileira seja dividida em dois grupos – delegados e observadores. A delegação do Brasil seria composta de membros da CNAEJA (titulares e suplentes); Consed (um por estado) Undime (um por estado); Fóruns de EJA (um por Estado), Ministérios, CNE. Assim, o número de delegados brasileiros chegará a cerca de cem, sendo que o teto da Confinteia é de duas mil pessoas. O Brasil se comprometeu a convidar e pagar passagens e estada de duas pessoas de cada país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), exceto Portugal, duas pessoas da Bolívia e Paraguai e parte de sua delegação brasileira (CNAEJA e Fóruns de EJA). André sugere que Fóruns de EJA, Consed e Undime sejam observadores e os ministérios, a CNAEJA e o CNE integrem a delegação. O ministro Fernando Haddad irá presidir a Conferência, uma vez que é uma conferência de ministros. Ao pedir licença para se ausentar o secretário solicitou que fosse registrado em ata a saída da professora Maria Aparecida Zanetti e os agradecimentos do MEC pelo trabalho desenvolvido por ela durante sua permanência na SECAD. Rubens solicitou o calendário das Agendas Territoriais dos estados para que os fóruns possam intervir de forma positiva nessa construção. Este foi informado que o calendário será encaminhado em breve. O secretário solicitou que Timothy continuasse a informar ao grupo sobre os preparativos para a VI Confinteia: participarão cerca de 170 delegações nacionais representando os estados membros da Unesco do mundo todo; a opção de escolha de Belém como sede da VI Confinteia foi motivada pela sua posição estratégica e por ser uma cidade representativa da realidade brasileira e oferecer todas as condições para a realização do evento; o programa oficial tem início no dia 19/05 e término no dia 22/05; na abertura estarão o presidente do Brasil, da Libéria; de Moçambique; Timor Leste, um ex-presidente da Finlândia que foram escolhidos por terem interesse especial, pela sua representação regional ou por terem uma política interessante, além de outros chefes de Estado que estão se convidando; as plenárias constituem formalmente a conferência; haverá uma conferência principal – provavelmente o tema será desenvolvido pela senadora Marina Silva pela sua representatividade na EJA e desenvolvimento sustentável; será apresentado um resumo de cada relatório regional (América Latina e Caribe, Ásia e Pacífico, África, Europa e América do Norte e Estados Árabes); no final do primeiro dia será apresentado o Relatório Global de Aprendizagem e Educação de Adultos (GRALE); cinco ministros responderão à apresentação do relatório; cerca de 147 países apresentaram relatórios nacionais – em 1997 somente 70 apresentaram relatórios; o segundo dia (20/05) haverá uma conferência – provavelmente o tema será o “desafio das questões globais” - e duas mesas redondas: uma sobre políticas e governança de aprendizagem e Educação de Adultos, e outra sobre financiamento da educação e aprendizagem de adultos; há a possibilidade de ocorrer 30 oficinas paralelas na quarta-feira e quinta-feira – já foram apresentadas várias propostas de temas; no dia 21/05 haverá uma conferência sobre inclusão e participação através da educação e aprendizagem de adultos; em seguida uma mesa redonda sobre alfabetização e competências-chave; outra mesa redonda sobre avaliação da qualidade da educação e aprendizagem de adultos; no dia 22/05 a conferência será aberta por um aluno, representando os educandos; a última mesa redonda debaterá os próximos passos a partir do que foi discutido; ao final será apresentado o documento de resultados que já está sendo construído e será encaminhado a todas as delegações nacionais um mês antes da VI Confinteia; à tarde será o fechamento e à noite o encerramento - está sendo previsto um grande show com a Cia Nacional de Canto e Dança de Moçambique, Chico César e Trio Manara de Belém; ao longo da Conferência haverá programação cultural – cada dia haverá um acolhimento e apresentações nos intervalos; outras apresentações ainda estão sendo planejadas; para a organização do evento foram criados seis grupos de trabalho: comunicação, cerimonial, logística, segurança, cultura e universidade; haverá transmissão on-line em quatro línguas: inglês, francês, espanhol e português, via internet e será transmitido ao vivo para todos os campi das duas universidades do Pará; alunos das universidades estão sendo formados para trabalhar na logística; haverá espaço para exposição sobre EJA; pretende-se que a conferência seja coerente com as temáticas propostas; a sociedade civil está

organizando um encontro preparatório à VI Confintea – não é um evento paralelo, e sim momento de preparação; há duas propostas, ainda não fechadas: uma saudação indígena na abertura e uma mesa que contemple os povos indígenas; Vânia Nobile lembrou da necessidade de contemplar os institutos federais de educação e tecnologia entre os delegados; Neroaldo sugere que a reunião da CNAEJA seja espaço de discussão e análise de dados e documentos. Timothy informou que nos próximos 15 dias o relatório regional deverá estar pronto e o documento que será discutido ao longo da VI Confintea e poderão ser encaminhados aos membros da CNAEJA; A reunião foi suspensa às 13:15 para almoço e retomada às 14:35, com registro da ausência de Claudia Baena. Conforme a pauta, definiu-se a dinâmica de trabalho para discussão do tema Resolução. O grupo decidiu pela leitura da Resolução; foram feitos os seguintes destaques: Parágrafo 2º, artigo 3º; letra “e”, item I, artigo 5º; letras “m”, “s”, “u”, “y”, item III, artigo 5º; letra “b”, item III, artigo 5º; letra “c”, item III, artigo 5º; item III, artigo 5º; parágrafo 1º, artigo 10; parágrafo 3º, artigo 10; artigo 12; parágrafo 1º, artigo 13; parágrafo 2º, artigo 13; letra a, item I, artigo 14; artigo 15; parágrafo único, artigo 16; item I, artigo 18; Parágrafos 3º e 7º, artigo 19; letra b, item I, artigo 19; item III, artigo 21; item I, parágrafo 1º, artigo 24; Neroaldo alertou que, para além da exigência de escolaridade do coordenador, é preciso que haja um processo seletivo para que não sejam escolhidos coordenadores aleatoriamente; Mauro sugeriu que seja incluído, na Resolução, um item que trate da seleção de coordenadores de turmas, sem limitar a atuação de um educador popular como coordenador de turmas; Aragão sugeriu que o Ministério deve se envolver no processo de seleção e definir critérios mais rígidos, garantindo formação permanente e disponibilidade para acompanhamento das turmas. Rubens sugeriu que o coordenador deverá estar pelo menos em processo de formação inicial (nível superior); Jane salientou que a prática deve ser levada em conta, mas é necessário buscar também a qualificação; deve-se apontar para um texto, na Resolução, que contemple as diversas realidades do Brasil; Geraldo alertou para a necessidade de formação continuada dos coordenadores; Timothy ressaltou que é importante os coordenadores assinarem um termo de compromisso informando sua disponibilidade para o trabalho; Mauro lembrou que os coordenadores devem preencher relatórios para informar sobre seu trabalho; o termo de compromisso pode ser adotado pela Secad, isso facilitará o monitoramento do trabalho do coordenador; Jane ressaltou que o termo de compromisso pode resolver este problema; Timothy lembrou que os coordenadores são voluntários e as cobranças podem ser entendidas como vínculo trabalhista; Eliene sugeriu que seja acrescentado na Resolução, artigo 2º, o termo “preferencialmente nível superior” e mínimo ensino médio, e “disponibilidade para exercer o papel de coordenador”, e experiência na área, além de acrescentar um item sobre seleção; Aragão sugeriu que o MEC defina os critérios de seleção; Jane sentiu falta de um item que indique que a ação de alfabetização do município esteja coerente com a Agenda Territorial estadual; Neroaldo lembrou que é muito trabalhoso para os secretários assinar tantos relatórios de frequência, por isso é necessário modificar o texto, letra m, item III, artigo 5º, para que a responsabilidade seja do gestor do Programa; é difícil os gestores assumirem as responsabilidades de litígios trabalhistas, por isso sugere que o item seja suprimido – letra “s”, item III, artigo 5º; Jane sugere que o manual traga informações sobre formação; o assessoramento pela CNAEJA na execução das Agendas Territoriais só poderá ser feito a partir das informações das ações dos entes executores e do que está sendo pactuado com o MEC; ficou acordado que será disponibilizado à CNAEJA os relatórios do SBA e os dados consolidados sobre as Agendas Territoriais estaduais, para que a CNAEJA verifique se o compromisso das Agendas Territoriais está sendo cumprido; Rubens recomenda que, de posse das Agendas Territoriais seja criado um banco de dados das Agendas Territoriais para fazer o cruzamento dos dados com o SBA e verificar se está havendo o cumprimento das ações pactuadas; recomenda, também, que seja citado no manual a carga horária da formação e o valor da carga horária; Mauro lembra que uma formação muito longa não é produtiva para alfabetizador voluntário; Jane ressaltou que não se está definindo tempo e sim carga horária, e recomenda que o manual seja mais claro para descrever melhor a formação continuada - a Resolução pode prever 40 horas para formação, mas deve garantir que parte dessa formação seja destinada a atividades pedagógicas; Mauro salientou que a

formação continuada tem o objetivo é corrigir as ações de Alfabetização durante o processo; Carmen lembrou que a Rede de formação prevê formação para alfabetizadores e coordenadores de turmas; Jane perguntou se não é necessário prever as sazonalidades de turmas que atendem especificidades como de pescadores; Mauro respondeu que, como o programa será de fluxo contínuo, há flexibilidade para ajustar os calendário e reconheceu que o SGB não consegue resolver problemas de sazonalidades muito específicas - esses casos poderiam ser tratados como projetos especiais; Áurea lembrou que os alfabetizadores podem combinar com os alfabetizandos períodos de suspensão das aulas, garantindo o número de aulas estabelecidas na Resolução. Rubens apontou para os casos de instituições que atendem exclusivamente alfabetizandos com deficiências e Geraldo lembrou que essa prática vai na contra mão da inclusão educacional. Ficou definido que esses casos serão tratados como excepcionalidades e não serão contemplados na Resolução. Mauro informou que enquanto a Rede de Formação não está constituída os entes executores poderão trabalhar com vários tipos de instituições formadores, para além das universidades. Jane solicitou que o Manual esclareça sobre a formação de turmas, caso o alfabetizador tenha duas turmas, e Rubens propôs que seja possível ao alfabetizador fazer o somatório das duas turmas nas quais atua, obtendo o mínimo recomendado pela Resolução. – proposta não aceita. Sugere-se que o texto da Resolução contenha a informação: “é facultado ao alfabetizador o direito de atuar em duas turmas”. Quanto ao Teste Cognitivo Rubens lembrou que a licitação para produção do teste é muito morosa, o que inviabiliza sua realização conforme prevê a Resolução; Mauro lembrou que o teste perde a função de diagnóstico se for aplicado depois de 15 dias de inicio das aulas. Como o Programa será de fluxo contínuo, podemos pensar na possibilidade de fazer a licitação antes para garantir sua aplicação prazo previsto; Jose questiona qual o objetivo do teste, uma vez que é fácil para o alfabetizador avaliar se o alfabetizando sabe ler ou não. Aragão defende a utilização do teste para definir as ações na sala de aula. Se o ente executor não conhecer os níveis de aprendizagem dos alfabetizandos os alfabetizadores devem ser formados para conhecer o Teste Cognitivo e saber aplica-lo. Jane sugeriu que a orientação sobre a continuidade seja mantida no caput do artigo 15 e repetida no parágrafo único do artigo; Neroaldo lembra que os governadores solicitaram que a merenda seja inserida no Programa de Alimentação Escolar e não em ações do Programa. Mauro lembrou que para alimentação e transporte (mais especificamente para estados prioritários) haverá complementação via PAR dos municípios, para que não haja distorções no Programa. Neroaldo sugere alteração no texto do item I, parágrafo 1º, artigo 24: que ficará assim: “as Assembléias Legislativas, em se tratando de **transferências** feitas aos estados”. Jane solicita que o texto do parágrafo 2º, item II, artigo 22 será revisado. Eliene sugeriu que seja incluído, na letra “a”, a palavra “acompanhamento”: assessorar a SEDC/MEC na formulação e acompanhamento do Programa Brasil Alfabetizado...”. Jane lembrou que está circulando a informação nas redes de que a Bolívia alcançou analfabetismo zero com o Programa “Yo si puedo”. Temos de tomar posição e nos cercar de informações para tratar desse assunto na CNAEJA. Timoty informou que a SEAP já adotou a metodologia cubana para alfabetizar pescadores. Geraldo e Aragão sugere que se reveja o regimento da CNAEJA. Ficou definido que após cada reunião serão enviadas, além da ata, todos os arquivos de documentos e apresentações daquela reunião. Às dezessete horas deu-se o encerramento da reunião e, para constar eu, Elaine Filomena Chagas Cáceres Vitor, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos demais membros presentes. Brasília, treze de fevereiro de dois mil e nove.

Elaine F. C. Cáceres Vitor

Jerry Adriani da Silva

Isabel Aparecida dos Santos

Áurea Cristina Borges

Mauro José Alves da Silva

Cláudia Baena

José Alves Rubens Silva Lima

Eliene Pszczol

---

---

---

---

---

---

---

---



Joaquim Coréia de Souza Melo  
Ionilton Gomes de Aragão  
Geraldo Grossi Júnior  
José Alves Alves da Silva  
Sandra Regina Coelho Cansian  
Vânia do Carmo Nobile Silva  
Neroaldo Pontes  
Carmen Isabel Gatto  
Timothy Denis Ireland

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---